

TRANSIÇÃO DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO

Francisco Cleiton Vieira*

Este artigo reflete sobre as experiências de homens trans quanto aos seus acessos e permanências laborais quando empreendem transições de gênero. Apresentam-se os gerenciamentos dos sujeitos em seus ambientes e relações de trabalho, bem como as estratégias que assumem para o cuidado em saúde necessário para as adequações corporais. A transexualidade tem ganhado debates vultuosos na sociedade brasileira, expondo um conjunto crescente de pessoas que são vulnerabilizadas socialmente devido às suas expressões e identidades de gênero. Conflitos e práticas sociais erigem-se dificultando o acesso ao trabalho, de modo que cenários de pauperização e precariedade ganham destaque nas vidas desses sujeitos, impossibilitando-os do acesso à renda. Lança-se luz, portanto, sobre cruzamentos entre relações de gênero e posições de classe em contexto popular. O texto é resultado de pesquisa etnográfica realizada nos anos de 2014 e 2015 entre grupos organizados de ativismo, com auxílio de entrevistas de longa duração.

PALAVRAS-CHAVE: Transição de gênero. Trabalho. Empregabilidade. Saúde.

INTRODUÇÃO

Preocupações em torno de conexões entre as relações de produção e a opressão de sexo e gênero são clássicas na teoria feminista. Desde 1967 com *A mulher na sociedade de classes*, tese de doutorado de Heleieth Saffioti (1976), que a orientação marxista do feminismo tem acentuado o cruzamento da dominação da mulher com a acumulação do capital.¹ No entanto, trabalhos similares em torno dos contextos vivenciados por pessoas trans não têm tomado as preocupações da produção acadêmica (Irving, 2008), muito menos aqueles que se detenham especificamente sobre homens trans e outras pessoas transmasculinas.²

O vulto da questão chega a criar um completo desconhecimento sobre condições de trabalho e seus acessos, bem como do influxo que os processos de exploração e dominação em sociedades capitalistas têm causado de modo específico a pessoas trans e travestis. Nesse sentido, esse artigo tem por objetivo compreender como as experiências de transição de gênero – em sua dimensão de mudanças corporais e de reconhecimento público – impactam e caracterizam o acesso e as condições de trabalho de homens trans provenientes de classes populares. Isto é, questiona-se como o trabalho é vivido ao mesmo tempo que se encampa itinerários de busca por assistência em saúde pública para empreender modificações físicas, tanto a nível hormonal como cirúrgico.

A etnografia é uma via fundamental para compreender essa e outras experiências do mundo do trabalho. Isso é de particular relevância no caso aqui analisado porque não há dados provenientes de pesquisas censi-

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi. Campus Universitário. Av. Rio Branco, s/n. Cep: 59200-000. Santa Cruz – Rio Grande do Norte – Brasil. cleiton.vieira@ufrn.br <https://orcid.org/0000-0002-8852-6212>

¹ Comparando com os grandes centros euro-estadunidenses, Raewyn Connell (2014) figura o trabalho feminista de H. Saffioti como o primeiro a trazer a opressão da mulher pensando a sociedade capitalista.

² Enquanto homem trans se entende aqui todos os indivíduos que, para o estabelecimento de suas noções de pessoas,

ultrapassaram as demarcações binárias correspondentes à designação como mulheres ao nascer e que vivenciaram ou vivenciam trajetórias de transição de gênero. Mais do que uma identidade binária, esta experiência é diversa em termos de categorias sociais de homem e de trans a partir dos contextos sociopolíticos.

tárias que possibilitem aferir o contingente estatístico de pessoas trans e travestis que se mantêm empregados, nem sob que condições de trabalho à luz de outros cruzamentos societários, como cor/identidade étnico-racial, origem socioeconômica, educação formal, entre outros. Ademais, a etnografia, não apenas como método, mas também como orientação epistemológica (Peirano, 2014), é capaz de possibilitar a compreensão de modos de vida e estratégias cotidianas que os números não revelam completamente. Embora não haja um censo a respeito, diferentes pesquisas antropológicas e sociológicas, de cunho etnográfico, têm demonstrado que há sofrimento, violência e outras dificuldades a partir de socialidades que engendram identidades e performances de gênero tidas como desviantes, abjetas ou contra as normas de gênero entre pessoas trans e travestis (Benevides, 2024; Bento, 2016; Luiza; Nascimento; Fernandes, 2021; Santiago; Braz; Nascimento, 2021; Efrem Filho, 2023; Roberta; Reis, 2024; Novo, 2023; Vieira, 2023) e que se distanciem de alguma forma da heterossexualidade compulsória (Rich, 2010).

O artigo é estruturado em seis seções. Inicialmente, aborda-se a realização da pesquisa propriamente dita com uma reflexão e um delineamento dos contornos da etnografia e das técnicas de pesquisa empregados. Em todas as seções que seguem, busca-se demarcar a transição de gênero medicamente assistida e as estratégias de homens trans de se inserirem no mercado do trabalho. Na seção seguinte, contextualiza-se as questões envolvendo a formação da desigualdade social com base na renda e como é possível observar o seu acentuamento com o cruzamento das desigualdades a partir das relações de gênero. Na terceira seção, retratam-se as narrativas particulares dos interlocutores ao darem contornos às suas experiências de gênero, ao mesmo tempo que empreendiam buscas por empregos como trabalhadores assalariados. A ideia de esperar pelo “tratamento saudável”, sinônimo de acompanhamento médico, opunha-se geralmente ao discurso de não

se dispor de tempo para a sua espera. Na seção seguinte, por sua vez, o artigo adentra nas formas que empresas tem gerenciado a transição e a diferença a partir da transexualidade. Na última seção, caracteriza-se de maneira mais ampla o setor de serviços como cenário principal da parca empregabilidade que pessoas trans têm tido acesso, demonstrando as nuances entre a produção do valor que lhe é característica e o reconhecimento da subjetividade e as condições de trabalho dos trabalhadores trans. Por fim, apresentam-se as principais conclusões da pesquisa, demarcando como a busca das pessoas trans por emprego e renda tem sido marcada pela reafirmação de suas posições como trabalhadores pauperizados e a acentuação da sua vulnerabilidade ao paralelizar a transição de gênero.

ETNOGRAFIA, MÉTODO E MATERIAIS

A pesquisa na qual se baseia este trabalho foi realizada entre os anos de 2014 e 2015,³ majoritariamente no Rio Grande do Norte, tendo ainda contado com incursões no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Por ter adotado como estratégia metodológica a técnica de bola de neve (Bott, 2001), procurei seguir homens trans ativistas em diferentes congressos acadêmicos e de militância política a partir da atuação de ativistas travestis e mulheres trans em Natal que já contava com uma articulação significativa nos setores estatais da região e com associações bem delimitadas. O interesse dessa pesquisa estava ligado a buscar entender a emergência de masculinidades e identidades trans então pouco articuladas politicamente no país, isto é, a de homem trans. No processo de

³ O material empírico trabalhado neste artigo é proveniente de pesquisa realizada para escrita da minha dissertação de mestrado, defendida em 2015 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e intitulada: “Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans” (Vieira, 2015). Esse artigo é, portanto, uma versão aumentada, atualizada e expandida de parte da dissertação a partir da qual se pode pensar o cenário laboral de homens trans.

realização da etnografia, percebeu-se que esse problema estava ligado a outro, o de como essas pessoas encampavam modificações corporais e buscavam reconhecimento institucional e público dessa mudança de gênero e das expectativas sociais daí provenientes. Portanto, a pesquisa acabou se referindo a experiência social da própria transição de gênero, expressão utilizada pelos próprios interlocutores para se referir ao conjunto de procedimentos biomédicos, exame subjetivo e reconhecimento político de ser uma pessoa de um gênero diferente do que foi assinalado ao nascimento.

Em 2014, a pesquisa encontrou dificuldades iniciais atinentes à reunião de interlocutores que se dispusessem a aceitar participar da etnografia e da realização de entrevistas semiestruturadas (Debert, 1986). Isso porque não havia associações políticas de homens trans, mas apenas figuras individuais que ganhavam notoriedade pública em meio ao ativismo de travestis e mulheres trans que se desenvolvia desde os anos 1980 e 1990 no Brasil (Nascimento, 2024). Assim, estava observando a emergência da própria politização da identidade e da sua construção social e cultural. Inicialmente, portanto, recorri ao então nascente universo digital de promoção de vídeos e textos em plataformas digitais e redes sociais. Naquele momento, voltei meu olhar e meu ouvir para o que se poderia chamar de diários online de transição de gênero, como me referi noutra ocasião (Vieira, 2023a). “Sentados em seus quartos, de frente para a câmera, falavam abertamente sobre compra de testosterona sintética, idas a consultas médicas, planos para realização de cirurgias, bem como das dificuldades enfrentadas nas relações familiares” (Vieira, 2023a, p. 106).

Assim, ao mesmo tempo em que eu acompanhava esses canais e conversava de modo privado com esses usuários, começou a se organizar no país, inicialmente no Nordeste, grupos de ativismo de homens trans – depois também chamado transmasculino. Aos poucos, fui abandonando o cenário digital para me

dedicar a acompanhar o grupo que se formaria no final de 2014 e começo de 2015 em Natal. A partir daí, a etnografia foi se desenvolvendo ao observar reuniões políticas, idas a congressos e eventos na região e noutros estados do país. Nessas ocasiões fora de Natal, foi possível conviver, mesmo que por uma semana, com ativistas de várias regiões brasileiras, ocasiões que possibilitaram entrevistar 17 interlocutores, alguns deles indicados por ativistas. Assim, a técnica de bola de neve (Bott, 2001) costurou grandemente os cenários nos quais a observação participante foi empregada (Foote-Whyte, 1975).

O material empírico que emprego para tecer as análises neste artigo é proveniente, em sua maior parte, das entrevistas realizadas em eventos políticos e em outros espaços como cafés e restaurantes. Embora os 17 interlocutores entrevistados tenham sido provenientes de diferentes contextos sociais, a maioria tinha origem em classes populares, cujas famílias subsistiam com pouco mais de um salário-mínimo. Sobressaíam, assim, as dificuldades financeiras para comprar hormônios sintéticos, se submeter a cirurgias de afirmação de gênero, mudar guarda-roupa etc., ao mesmo tempo que se buscava garantir a subsistência mínima. Por isso, tem sido relevante pensar como trabalhadores, que se dispõem apenas da sua força de trabalho e não detêm meios de produção ou reservas financeiras, experienciam essa mudança de gênero. Nesse sentido, centralizo-me em indicar as formas pelas quais a desigualdade social se manifesta entre homens trans particulares ao observá-los em termos de trabalho e posições de classe (Bourdieu, 1987), notadamente de viés popular.

A etnografia foi a perspectiva teórico-metodológica adotada na pesquisa, fazendo uso de diário de campo e posterior organização das notas. Assim, não se resume a etnografia ao método. As críticas que fundamentam o entendimento de que uma separação no texto entre teoria de referência e as experiências de campo observadas revelam que isso poderia ser um retrato de um plano cartesiano no ato da pes-

quisa. Como já foi retomado por Mariza Peirano (2014, p. 380), empiria e teoria não se separam, mas formam juntas um “fato etnográfico”. Isto é, “não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fontes de renovação”. Dito em direção ligeiramente diversa à teoria, Márcio Goldman (2006) chama a atenção para a necessidade de construir uma “teoria etnográfica”, o que não se refere a “teoria nativa” nem a “teoria científica”. O autor sugere que fiquemos numa posição central que balize ambas, e que, portanto, encaminharia o antropólogo e a antropóloga a não se perderem entre “teorias” e “narrativas”. Desse modo, enquanto um trabalho antropológico, parti privilegiando a observação com sua escuta constitutiva e o consequente registro em caderno de campo (Cardoso de Oliveira, 1998), inclusive às entrevistas realizadas (Debert, 1986; Bourdieu, 1998).

As entrevistas realizadas foram todas gravadas com a permissão dos interlocutores, sendo que algumas aconteceram por várias sessões de acordo com temas e duração. Além disso, ao desligar o gravador, não era demarcado o fim da construção narrativa dos interlocutores, que mesmo enquanto nos encaminhávamos para deixarmos o lugar onde estávamos, ou mesmo antes, eram profícuos em narrar suas experiências. Nesse sentido, as entrevistas não foram eventos isolados de interações variadas, nem se constituíram apenas em momentos à parte de outras participações em campo. Antes de iniciar cada entrevista, eram apresentados os objetivos da pesquisa, e ao que as perguntas se propunham. Durante uma entrevista particular, quando perguntei sobre a profissão de seus pais, Alberto me perguntou por que eu queria saber disso. “Por que você quer saber dos meus pais?”. A interrogação me pegara de surpresa. Sua preocupação estava em uma possível associação psicanalítica de suas experiências? Respondi-lhe que objetivava apenas discutir no trabalho sua “transição” considerando também sua posição social ligada a classe.

As perguntas não foram feitas com respostas prontas, todas tiveram caráter aberto.

Além disso, em vez de serem perguntas diretas, pedi a cada entrevistado que falasse sobre um tema específico por vez e permiti que o interlocutor falasse sem grandes interrupções. O roteiro da entrevista contava com pontos para discussão que se referiam a: a) experiências de trabalho e emprego, b) educação formal (experiências escolares) do entrevistado e dos pais, c) trabalho e emprego de “pais”, “avós”, “irmãos” e demais responsáveis, d) posições de familiares próximos sobre suas transexualidades, e) acesso ao tema da transexualidade, f) se os entrevistados já apresentaram como lésbicas ou mulheres, g) renda, h) circuito de amizades com gays, lésbicas e heterossexuais, i) infância, j) “transição”, l) desejos e agências relacionados a mudanças corporais, m) hormonização, n) atividades físicas, o) acesso a serviços de saúde pública e privada, p) nome social, q) reprodução e direitos reprodutivos, r) violências sofridas, e, s) ativismo.

No emprego metodológico das entrevistas foi importante considerar que as narrativas que surgem entre entrevistador e entrevistado estão compelidas a recriar o caráter de histórias ordenadas. Contudo, a história de vida, como pontuou Bourdieu (1988), é antes de tudo uma suposição sobre a vida existir como uma história. Os acontecimentos dessa existência individual, portanto, são visualizados a partir de um caráter ideológico do biógrafo, o qual cria sentido à própria história. Nesse sentido, o sociólogo francês sugere usar o termo “narrativa” em vez de “história de vida”, já que o relato é produzido no presente em relação às perguntas que se responde. Sendo assim, o artigo enfatiza, por meio de narrativas de trabalhadores no cenário de empresas do setor de serviços, a experiência da transição de gênero no mundo do trabalho, demonstrando como interlocutores negociam e são gerenciados no ambiente do emprego.

TRABALHO, DESIGUALDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE GÊNERO

Por restringir meu interesse e minha observação a certa dimensão prática do trabalho, cabe explicitar que o entendo aqui como a atividade cuja ocupação é remunerada⁴ e cujo exercício ajuda a posicionar os indivíduos de maneira estratificada na sociedade capitalista (Boudon e Bourricaud, 2007). Em relação a isso, não houve até agora no Brasil nenhuma pesquisa publicada que tenha se preocupado com os cenários de trabalho e/ou classe a respeito de homens trans numa perspectiva antropológica. No caso de mulheres trans e travestis, a prostituição (e o insuficiente cenário formal) tem sido, de início, a questão abordada por produções acadêmicas (Nascimento, 2024) e organizações de ativismo trans. Essas condições de vida estão se modificando ao longo dos últimos anos com engajamento políticos em torno da entrada em universidades e maior valorização da diversidade no mercado (Nascimento, 2024). Algumas organizações têm ainda feito estatísticas a respeito da empregabilidade de pessoas trans em diferentes cidades do país. Em 2013, por exemplo,

Segundo a Associação das Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro (Triângulo Trans), apenas 5% das travestis e transexuais de Uberlândia estão no mercado de trabalho dito formal. As demais, 95%, estão na prostituição. Número semelhante é apresentado pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, segundo a qual 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil. Ainda que elas queiram arranjar um emprego com rotina, horário de trabalho e carteira assinada, o preconceito fica evidente quando elas se candidatam a uma vaga (Lapa, 2013, on-line).

Atualmente, o cenário não é muito diferente, como as pesquisas acadêmicas e movimentos sociais deixam entrever. Em 2023, por exemplo, a ANTRA novamente demonstrou a

⁴ Muito embora não se desconsidere atividades não remuneradas como trabalho, ou sua variação entre outras sociedades e culturas, parte-se aqui de uma dimensão importante para os interlocutores. Ver Suzana Albornoz (1994) para diferentes definições de trabalho e labor.

partir de seu levantamento, que estima apenas 4% das pessoas trans estarem empregadas sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (Capirazi, 2024). Embora essas estimativas apontem para dados gerais, o que dizer ainda das ocupações em que estão envolvidos especificamente homens trans brasileiros? Não há recenseamentos similares sobre eles no que concerne às atividades profissionais, nem mesmo análises sobre os cruzamentos quanto a posições de classe e suas experiências enquanto pessoas trans.

As formas de estratificação social numa sociedade podem se manifestar em uma ordenação hierárquica de grupos e indivíduos segundo critérios variados, tais quais os que podem ser situados, por exemplo, sob posições diante do mercado (Boudon; Bourricaud, 2007), de renda e propriedade privada, mas também de prestígio (Weber, 2000), poder (Foucault, 1988), além de transexualidade, e, portanto, de uma relação entre gênero, corpo e sexo (Irving, 2008). Nesse sentido, quando erige a posição movível de sujeitos e identidades segundo classes sociais, a corporificação do princípio dessa desigualdade econômica e social em grupos (Bottomore, 1968) pode acentuar outras formas de diferenciação que geram desigualdades na sociedade, como as que vivem as pessoas trans.

Ao invés de ver a classe como um *conjunto econômica e socialmente homogêneo de indivíduos diferenciados objetivamente constituídos em grupos*, Pierre Bourdieu (1987, p. 3, tradução do autor) propõe vê-la como *um espaço de diferenças baseadas no princípio da diferenciação social e econômica*. Isso procede também de ver a *classe social*, portanto, como uma apreensão do analista mais do que um dado empírico, e de vê-la a partir de uma trajetória social que caracteriza os indivíduos que se movimentam no interior do espaço de análise e para fora dele.

Conjeturas que tomam homens trans como parte de uma classe média talvez expliquem a ausência de interesse em suas

ocupações profissionais e formas pelas quais manejam o corpo economicamente falando. Esses entendimentos podem se basear na alta psicologização que tais homens acionam, uma vez que sujeitos de grupos médios têm assim sido descritos (Velho, 1986). Essas perspectivas também não problematizam a efetiva popularização de teorias etnopsicológicas (uma psicologia de senso comum) entre homens trans trabalhadores na nossa sociedade. É interessante notar que os interlocutores são majoritariamente forças de trabalho no setor de serviços ou desempregados e que, mesmo que grande parte tenha cursado o ensino superior, isso não os afasta de relações de exploração e dominação no mercado de trabalho. Homens trans, por transicionarem em meio a suas situações econômicas precárias, encaram uma posição desigual em relação àqueles que podem acionar recursos sem a preocupação com a subsistência.

Ao se constituírem enquanto homens por meio, principalmente, da categoria transexual, indivíduos se constroem enquanto sujeitos que realizam exames de subjetividade para perceber que não são mulheres, mas sim homens. A entrada na categoria “homem” é realizada quando iniciam seus processos de transição de gênero, processos esses que não dizem respeito apenas da mudança corporal, mas ao rearranjo de sua posição social no âmbito institucional e relacional que, de modo geral, é recortado pelas relações de gênero que atuam na interação social. A transição de gênero implica, portanto, uma desestabilização social na vida dessas pessoas, gerando mudanças em seus lugares na rede de parentesco, em seus registros civis e em seus corpos, inserindo problemáticas relativas às suas existências como parte da sociedade e do Estado-nação.

Raewyn Connell (2014) argumenta que a experiência trans objetiva uma mudança de posição social na ordem de gênero, tendo a corporeidade como vetor de grande impacto. É nesse sentido que falamos em gênero e em relações de gênero ao entender esse âmbi-

to como o aparato social por meio do qual a diferença entre os sexos é estabelecida, e no qual se entende um conjunto de relações sociais que reproduzem corpos, lugares, noções, normas, práticas e indivíduos de acordo com a diferenciação em termos de masculino, feminino, homem e mulher (Haraway, 2004; Butler, 2008). Isto é, um aspecto da esfera sociocultural que inscreve formas de agir, de pensar, e de relações de dominação e subordinação.

A transexualidade, conceito desenvolvido no Ocidente, se refere a uma experiência incorporada que demonstra uma mudança de gênero que não pode ser universalizável por causa de sua particularidade histórica e social (Bento, 2006; Rubin, 2004; Meyerowitz, 2002). Não se trata, por outro lado, apenas de ser o resultado da crescente inovação tecnológica na medicina (Hausman, 1995), mas de uma mudança na concepção de sexo, antes preso ao dimorfismo, que na segunda metade do século XIX passa a se deslocar da apresentação anatômica apenas para se situar no âmbito da atividade hormonal (Rubin, 2004; Meyerowitz, 2002). Ainda partindo desse panorama, atualmente manuais de saúde concebem a transexualidade como uma doença mental nomeada de disforia de gênero – é possível identificar, por outro lado, abordagens biomédicas concorrentes que não veem a mudança de gênero em perspectiva patológica. Tanto esse cenário de medicalização quanto as noções que ligam homens e mulheres a seres somente biológicos, porventura com o manejo de concepções religiosas, recortam e podem amplificar a desigualdade social a que transexuais estão sujeitos, principalmente quando provenientes de classes populares. Assim, como demonstrou Gabriele dos Anjos (2000), se a sexualidade é uma política para homossexuais, o gênero é o grande vetor acionado por pessoas trans que questionam as dominações ligadas a produção de sujeitos como homens ou mulheres.

CORPOS A ESPERA DO “TRATAMENTO SAUDÁVEL”

Ao inserir o cuidado em saúde necessário para concretizar a transição de gênero lado a lado da situação laboral e ao contexto de renda, é possível obter um quadro societal dos cruzamentos entre classe e gênero. Pedro, de 25 anos de idade, nesse sentido, sempre trabalhou em empregos como assalariado e em posições que não demandassem grandes qualificações. Sempre tendo morado na região metropolitana da cidade de São Paulo, foi marcante sua preocupação em realizar a transição de gênero apenas se fosse medicamente assistido. Ele me disse, em outras palavras, que preferia esperar a transicionar sozinho. A isso convergiam suas preocupações com sua saúde e com a manutenção de um emprego. Para isto, ingressou no Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais⁵ paulista. Ele narra que antes de iniciar a transição de gênero, quando ainda se apresentava como mulher lésbica, a procura por emprego era “bem diferente”. Como nosso encontro foi realizado num bar em São Paulo, não foi possível gravar sua fala, de modo que reproduzo trechos do meu diário de campo que descrevem sua trajetória a partir de nossa entrevista.

Apesar de estar empregado atualmente, Pedro já foi rejeitado em várias seleções de emprego por sua aparência masculina não corresponder com seu nome feminino, que é obrigado a usar nesse contexto.⁶ Pedro contou-me, por exemplo, que durante uma seleção de

emprego vivenciou um forte constrangimento quando a selecionadora solicitou que todos preenchessem uma ficha cadastral com dados pessoais e a experiência profissional. Após isso, todos foram organizados em um grande círculo. Um após o outro, a selecionadora chamava pelo nome e solicitava que o candidato se apresentasse. Ao chegar em Pedro, a selecionadora lê seu nome de registro de nascimento. Quando Pedro atendeu, a selecionadora pediu desculpas por ter lido o nome errado e perguntara se era o correspondente masculino, na verdade. Sentindo-se obrigado, Pedro respondeu que não. Com isso, uma sala que estava em constante conversa, se silenciou. Todos agora prestavam atenção. Conta que sentiu vergonha. Não conseguiu o emprego.

É possível perceber que a selecionadora colocava em prática o anúncio de quais performances de gênero não se encaixariam no emprego. A essa altura, Pedro já estava usando roupas masculinas integralmente e conta que era constantemente confundido com um homem cisgênero.⁷ Havia manejado materialmente seu corpo, já que o vestuário exprime, segundo Bourdieu (2007), signos de condição, tendo alto rendimento simbólico. Ele indica uma posição, mas também um gênero e uma prótese corporal (Bento, 2006). Quando nos encontramos em outubro de 2014, Pedro ainda buscava conseguir um laudo psiquiátrico que lhe serviria para entrar no ingressar no Ambulatório TT, possibilitando-lhe consultas com um médico endocrinologista. Isso porque o que conferia eficácia para o seu reconhecimento social enquanto homem até ali advinha preponderantemente de uma performance e do uso de roupas masculinas.

Diante da espera pelo atendimento no Ambulatório, Pedro recorreu a uma consulta privada com uma psicóloga, descrevendo que ainda em janeiro de 2015 o serviço público estava atendendo pessoas trans cadastradas do

⁵ O Processo Transsexualizador é uma política pública de saúde especializada instituída pelas Portarias nº. 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e organizado dentro da Política Nacional Integral de Saúde LGBT que integra metas e ações voltadas a essa população em todos os níveis de atenção. É organizado nas modalidades “ambulatorial” (clínica e terapia hormonal) e/ou “hospitalar” (cirurgias e acompanhamentos pré e pós-cirúrgicos), oferecendo um atendimento por meio de uma equipe multidisciplinar.

⁶ Nesse período, as mudanças de registro civil ainda se davam legalmente no Brasil a partir de um processo judicial. Esse tipo de processo demandava tempo e recursos financeiros para pagar advogados e custos processuais. Isso mudou consideravelmente quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu, em 2018, que a referida mudança pode ser feita no cartório com uma declaração simples.

⁷ Categoria “nativa” utilizada para se referir a homens e mulheres tidos como “naturais”, isto é, que foram assim identificados ao nascer pela correspondência entre sexo/desejo/gênero.

ano anterior. Se fosse esperar o atendimento público, o tempo de meses o deixaria mais angustiado. Ele encontrou, então, uma psicóloga que poderia lhe dar um relatório psicológico que o ajudaria a acessar médicos que pudessem lhe prescrever o início da hormonização. Ainda assim, Pedro mostrava estar “chateado” porque os custos seriam altos. Sem renda e emprego, como pagaria pelo montante de R\$2.500 por 10 sessões de consulta? Tentou rever o preço com a psicóloga, que o diminuiu para R\$1.000. “Mesmo assim”, conta, não teria como financiar. Só faltaria esse documento para dar início a hormonização pelas vias do Ambulatório. Ele se viu, portanto, obrigado a esperar em fila e após meses teve acesso à endocrinologia. Perguntei a Pedro como estava com as consultas médicas. Estava prestes a terceira consulta com a médica endocrinologista. Ele me conta que fazia “sacrifícios” guardando dinheiro para a transição, mas não teria como arcar com as despesas totais desse processo por vias privadas. Pedro ansiava iniciar a hormonoterapia. Sempre acompanhado por sua companheira, ele confidenciou que ela era a única pessoa ao seu lado, tendo-o acompanhado em todas as consultas médicas e idas aos serviços de saúde.

Pedro narrou sua transição em uma dessas passagens pelo campo no qual frequentávamos um bar e bebíamos cerveja. Quando ele interrompeu nossa conversa para ir ao banheiro, fiquei a sós com Clara, sua companheira. Reclamamos do atraso da entrega da comida que havíamos pedido desde muito tempo ao garçom. Sem conseguir realmente usar o banheiro, Pedro retornou frustrado com o tamanho da fila. Voltamos a falar sobre seu acesso ao ambulatório em São Paulo. A este ponto da conversa me pareceu haver um misto de paciência e gratidão por estar tendo acesso a parte do Processo Transsexualizador pelo SUS. O ambulatório representava muito mais uma oportunidade efetiva de hormonização do que outras partes do processo como as cirurgias de mastectomia, dada a sua conhecida demora.

Ele me falou que nunca havia tomado hormônios, pois tinha medo de que algo “acontecesse” de errado com ele, devido ao histórico médico familiar que conta com frequentes casos de doenças cardíacas. Pedro almejava realizar todo o “tratamento” dentro do SUS, “que é de graça”. Havia ainda em sua fala uma satisfação em estar percorrendo um “caminho seguro e saudável” em direção a transição. Ele enfatizava querer “fazer tudo certo”.

Estávamos em um domingo, descanso do emprego. Nosso encontro no bar também se configurou como um momento de lazer para Pedro e sua companheira. Em um momento recente, Pedro havia encontrado uma vaga de vendedor numa loja de telefonia, no entanto, não reivindicava na empresa nenhum reconhecimento de sua transexualidade. Evidenciou-me o drama pelo qual se submetia por ter que trabalhar em um lugar onde ele não podia ser quem realmente era. No mais, ele continuava a narrar que o ambulatório havia admitido que realizassem consultas com o endocrinologista sem o laudo, porque a fila para atendimento psicológico não estava administrável. Prosseguir com o médico endócrino foi uma alternativa do ambulatório para que mais “pacientes” fossem atendidos apesar da fila.

Pedro reclamou sobre muitas pessoas marcarem, mas não comparecerem e desistirem do atendimento. Sua companheira e ele atribuíam a demora de dois anos às pessoas que desistem do processo sem avisar antecipadamente. Isso, na concepção deles, só atrapalhava aqueles que queriam um “tratamento certo”. Com todos os exames gerais feitos, hormonais e de sangue, Pedro aguardava finalmente a próxima consulta para que o médico o avaliasse e prescrevesse a testosterona como parte do “processo correto”. Sem o atendimento no ambulatório, Pedro não via a possibilidade de solicitar a seus patrões que o chamassem por seu nome masculino. Além de tudo, sem a cirurgia de mamoplastia masculinizadora pela qual ansiava tanto, mesmo que usasse faixas para esconder as mamas (não as chamava de “intrusos” como outros),

não se sentia “completo” – não se interessava no momento por outros tipos de cirurgias e a construção de um pênis também não lhe apeteceu pela incerteza de uma funcionalidade. Na verdade, sua principal demanda era estar em desvantagem no trabalho.

Como é possível ver a partir de diferentes pesquisas, no Processo Transexualizador do SUS, o atendimento de pessoas trans compreendeu, de início, um longo processo de diagnóstico e tratamento por uma equipe multidisciplinar (Vieira, 2020; Bento, 2006; Teixeira, 2009). Os profissionais das áreas psi (psiquiatria, psicologia) detêm a constituição do diagnóstico, que o endocrinologista figura como parte da aplicação do tratamento. Os interlocutores reiteravam que havia uma grande demanda de espera na instituição que se dá em face do grande número de inscritos e dos poucos recursos, já que apenas uma quantidade restrita de procedimentos cirúrgicos e clínicos é realizada por período. Há uma fila para consultas com um profissional da psicologia, outra para a endocrinologia. Após um período considerável de hormonização, ainda há uma fila para procedimentos cirúrgicos de mastoplastia, colpectomia (reconstrução do canal urinário e “fechamento” do canal vaginal) e histerectomia (retirada de ovários e útero) (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, 2012).

Esse ambiente de tratamento se intensifica no controle do que seriam os “transsexuais de verdade” (Bento, 2006) com a persistência do diagnóstico. Ao invés de problematizar essa questão, algumas recentes publicações de psicólogos continuam a estabelecer a necessidade do diagnóstico “correto” para identificar transsexuais. Esses autores, ao considerarem que seja solidificado um atendimento médico que também alcance aqueles que não se encaixam nos seus padrões de “disfórico”, acabam por reforçar o diagnóstico e não o problematizam de fato (Coelho; Sampaio, 2014), mas reforçam a patologização com usos de conceitos como “ordem psíquica do transsexual”. Por

outro lado, partindo de produções acadêmicas de médicos e psicólogos, mas também considerando a vasta literatura escrita por ativistas e estudos trans estadunidenses, Dan Irving (2008) assevera que há uma tendência de reificar as identidades de pessoas transexuais somente com questões de gênero e sexualidade e de relação com o domínio institucional e estatal. O autor chama atenção para a necessidade de questionar as implicações teóricas e políticas de colocar a autodeterminação de gênero como estratégia individual.

Irving refere-se ao contexto neoliberal, no qual um Estado minimalista e uma economia de livre mercado têm demandado uma autossuficiência individual. Em sua crítica, o reconhecimento de pessoas e corpos transexuais tem seguido uma lógica de mercado capitalista na qual o corpo transexual precisa constituir-se enquanto produtivo para o trabalho (Irving, 2008). A análise de Dan Irving se refere principalmente aos escritos do famoso sexólogo David Cauldwell (1897-1959) e às autobiografias de pessoas trans estadunidenses. Para Irving, ambos (cada um à sua maneira) reforçaram e construíram o corpo transexual como produtivo para o mercado. Na definição de psicopatia transexual de Cauldwell, a produtividade e a contribuição social das pessoas trans só eram possibilitadas devido a um tratamento médico. Em contraposição, os estudos trans teriam afirmado a produtividade do corpo transexual, uma vez que destacar que pessoas trans são hábeis para o mercado seria uma forma de valorização desses indivíduos.

David Cauldwell (1949 *apud* Irving, 2008) colocava os indivíduos transexuais como parasitas da sociedade. Em sua análise, essas pessoas eram “tendentes” a se aproveitarem do Estado e do provimento de suas famílias. Indica às famílias de pacientes, inclusive, posologias que compreendiam exclusão dos recursos financeiros familiares como forma de punição pela transexualidade. Atualmente, a produção de Cauldwell é considerada absurda até mesmo dentro da psicologia. No entanto, homens

trans interlocutores têm encontrado esse tipo de argumentação em suas procuras por empregos: se não correspondem a oficialidade de seus documentos, encontram dificuldades para acessar posições no mercado; se encontram trabalho, obtêm sérias barreiras para mantê-lo caso continuem com uma transição corporal. De uma maneira ou de outra, podem encontrar posições ao negociar com esse cenário.

GERENCIAMENTOS DA TRANSEXUALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Alguns interlocutores tinham a impressão de haver uma ocupação “mais tranquila” de homens trans em fase de transição (mesmo que ainda não tenham obtido mudanças nos registros civis) em empresas sem contato direto com clientes. Mas essa tranquilidade era só aparente, uma vez que relações interpessoais que reforçam a heteronormatividade não deixavam de acontecer. É o caso das empresas de serviços de *Telemarketing*⁸ em ambientes conhecidos como *Call Centers* ou Centrais de Atendimento. Marcados pela rotatividade de seus funcionários (Lima *et al.*, 2007), essas empresas podem ter uma manutenção diferente das identidades de gênero e de sexo dos trabalhadores. Vale evocar o que Sam Bourcier (2014) chamou de um recente gerenciamento da diversidade no mercado neoliberal. Contudo, cabe notar que a empregabilidade trans em empresas de *telemarketing* trata-se de uma particularidade não universalizável, podendo haver serviços como esse que são contrários a inserção de funcionários inseridos na diversidade sexual e de gênero não-heterossexual.

Mário, de 21 anos de idade e, mais recentemente Benjamin, de 18 anos, por orien-

tação daquele, têm uma trajetória empregatícia em empresas desse tipo. Mário, inclusive, ocupa uma posição de supervisor. Seu trabalho consistia em fiscalizar, orientar ou supervisionar operadores de *telemarketing* que atendem clientes e vendem mercadorias por meio de ligações telefônicas. Essa também já foi uma posição que ocupou na mesma empresa e noutras. Antes da transição corporal e antes de qualquer conhecimento sobre transexualidade, já trabalhava no setor.

Eu comecei a trabalhar no Call Center da [Empresa] em 2011. Trabalhei dois anos lá, no cargo de agente de atendimento. Trabalhava com o serviço de cartão de crédito. [...]. Depois fui ser vendedor de Internet da [Empresa] a pé, na rua mesmo. Acho que uns três meses só eu aguentei. E agora de novo eu estou trabalhando no ramo de Call Center, mas agora sou como supervisor (Márcio, *em entrevista*, mar. 2015).

Então, perguntei-lhe o que fazia em seu trabalho de supervisor.

Meu trabalho é um pouco de tudo. Na verdade, eu tenho uma operação nas minhas mãos, porque além da parte administrativa, de ter que cuidar de umas 20 pessoas, eu tenho que avaliar, monitorar a qualidade de cada um desses meus agentes, tenho que controlar pausa, tenho que controlar que eles cumpram as regras da empresa, mas também tenho que ser um pai e psicólogo porque às vezes eles estão com problemas e vêm conversar comigo. Você tem que procurar fazer o desenvolvimento, procurar que eles, com que eles promovam lá dentro. Eu sou basicamente um líder, né, de mostrar as coisas pra eles, pra fazer com que eles se desenvolvam até chegar a esse objetivo. É isso que faço no trabalho (Márcio, *em entrevista*, mar. 2015).

Mais do que servir para afirmar noções de masculinidade, exercer funções de liderança na empresa na qual trabalha pode ser um veículo de estabelecimento de confiança diante das possibilidades de violência e desemprego, escamoteada pela hierarquia do lugar que demandava produtividade dele e dos operadores sob sua supervisão. Ao falar sobre sua educação formal, Mário informou que havia finalizado o ensino médio e há dois anos tinha entrado no ensino superior. Estudava em uma

⁸ *Telemarketing* se refere a promoção de vendas e serviços por telefone. Empresas do tipo se fixaram no Brasil desde os anos 1980 e 1990 com a expansão do mercado com a chegada de companhias de cartão de crédito e editoriais estadunidenses e com a privatização da telefonia. Quase metade dos trabalhadores são jovens, e 555.000 mil pessoas estavam empregadas no setor em 2007, apesar de sua grande oscilação (Lima *et al.*, 2007).

universidade privada e, na época, havia trancado o período por não conseguir continuar pagando as mensalidades.

Até esse momento de nossa primeira entrevista, ele ainda não tinha iniciado nenhum processo de hormonização porque se preocupava em seguir “tudo certo” com um “acompanhamento médico” que objetivava conseguir. Apesar disso, Mário já tinha vivenciado todo um processo de transição relativo a sua identidade. Já não tinha nenhuma peça de vestuário considerada feminina, respondia pelo nome masculino e reiterava a todos os conhecidos e familiares sua transexualidade. Esses eram elementos explicativos que ele mesmo trazia para abordar sua transição de gênero. Porém, foi na empresa atual que trabalha em que narra ter reconhecido e assumido uma identidade de gênero de homem: *o único emprego que realmente eu assumi meu gênero foi lá onde eu tô agora.*

Posicionar-se noutra identidade de gênero, diferente daquela que seus colegas de trabalho estavam acostumados anteriormente, fez com que Mário pudesse corporificar uma tensão na esfera da produtividade. A produção e a reprodução no e pelo trabalho é uma importante dimensão que ganha sentido ao ser corporalizada, ao mesmo tempo que se configura como prática que cria e repete corpos tidos como necessários. Dan Irving (2008) já tem apresentado as implicações capitalistas da representação das pessoas trans como autossuficientes, parasitas ou aproveitadores da sociedade, o que os torna válidos apenas se produtivos, segundo o autor.

Ainda em relação a Mário, busquei saber sobre como era o cotidiano em seu trabalho após ele ter “assumido”, como me disse, a sua transexualidade:

Na verdade, a primeira vez cheguei pra uma líder educadora que tinha lá, eu falei assim pra ela, que essa era minha nova condição. Eu falei: meu nome social é Mário. E a partir daquele momento pra até hoje ela me chama de Mário. Eu nunca precisei impor nada a ninguém. Nunca precisei falar mais de uma vez. É claro que é complicado, já fazia 7 meses

que eu tava na empresa usando meu nome civil e para as pessoas se acostumarem com meu nome social foi um pouco complicado, mas a grande maioria já me chama por Mário. E, inclusive a parte mais feliz assim foi ter tido esse respeito da parte de cima. Porque os operadores realmente são [...]. Tem pessoas que não querem me chamar pelo meu nome devido a religião. Tem pessoas que são muito transfóbicas pra me tratar da forma que eu tenho que ser tratado (Mário, em entrevista, mar. 2015).

Nessa mesma entrevista, Mário também me relatou que fora instigado por seus chefes sobre o uso da gravata para completar seu vestuário masculino. Sua fala é marcada pela ideia de reconhecimento de sua identidade e de sua expressão. Ao relatar que apenas os trabalhadores hierarquicamente sob sua supervisão na empresa estiveram resistentes a sua transexualidade, Mário pôde deixar claro o gerenciamento da diversidade realizado pela empresa onde trabalha. Seus patrões têm estado, portanto, solícitos para que ele engendre uma posição de homem no ambiente de sua supervisão. Esse incentivo contribui para que o reconhecimento de sua identidade seja realizado e com isso a empresa de *telemarketing* pode ser conhecida informalmente por aceitar as diferenças de sexo e gênero. Isso aumenta não só a procura por parte de possíveis trabalhadores ávidos e necessitados de renda fixa, mas também cria uma imagem positiva para a empresa que com isso nada perde em produtividade.

Ao se deter acerca dos EUA e da Europa, Bourcier (2005) argumenta que o mercado não tem feito um tipo de guerra cultural. A ideia é assimilar o bom gay e o bom étnico e fazer guerra contra o pobre e contra os que são considerados improdutivos. Parafraseando Bourcier, poderia ser dito que as políticas internas de empresas contra a transfobia se trata de uma estratégia para maximizar a produtividade das pessoas trans. Para o sociólogo, a política de empresas se desenha como o afastamento de homofóbicos que são representados como “desviante”, desse modo, o mercado disseminaria ideia de proteger o homossexual contra o “desviante”. No que se refere ao ho-

mem trans, protegê-los do desviante transfóbico improdutivo. Com isso, Bourcier (2005) nos faz voltar à ideia de seguridade. No caso mostrado por Mário, se reconhece a identidade de gênero enquanto homem trans contra a improdutividade.

No que se refere à empregabilidade específica de pessoas trans, o intercuro da seguridade e produção apresentado por Bourcier (2005) não se encerra no âmbito de mercado e do sistema neoliberal. Não se trata de desconsiderar a seguridade que visa a produção e a produção que visa o lucro do mercado, trata-se de coadunar a isso a (não) recepção de indivíduos trans (incluindo homens trans, travestis e mulheres trans) enquanto trabalhadores nos ditames da visibilidade dualista ou binária de homens e mulheres. Apesar de ter um caráter universalizante no entre meio neoliberal e de mercado, a discussão de Bourcier concentra-se em centros financeiros e populacionais de grandes metrópoles, bem como em trabalhadores gays e lésbicas não trans. Homens e mulheres transexuais e travestis são muito menos empregados do que esses grupos. Diante da variabilidade entre países e regiões quanto à recepção, à demanda por mão de obra e à produção de trabalhadores marcados por desigualdades resultantes também de termos de gênero e sexo, o mercado ou as empresas que visam a produção lucrativa podem assumir diferentes posições em relação a homens trans.

Mário também começara na atual empresa onde trabalha a esconder os seios, isto é, os “intrusos”, como os interlocutores consensualmente chamam. Mas não relatou nenhuma resistência quanto a isso por parte de seus chefes. Utilizava-se, portanto, do *binder*, uma faixa pela qual suprime os “intrusos”, de modo a deixá-los imperceptíveis. Eles não figuram somente a representação máxima de ser mulher, passam a ser “corpos” estranhos. Durante todo o dia de trabalho e sempre que está fora de casa (ou, ainda, quando em casa com visitas), Mário faz uso desse método precário para apagar os intrusos de seu corpo enquanto não pode dis-

por economicamente de meios para uma mastectomia. Constantemente, homens trans interlocutores da pesquisa reclamam de dores e de dificuldades de respiração intensas com o uso do *binder*. Mário figura bem a questão:

O binder ele é um... Eu acho que a pior coisa que se tem em ser trans é o binder, porque ele é uma coisa assim... Totalmente prejudicial e eu estudo sobre isso também [...] e eu vejo a fisioterapia respiratória e a gente sabe que tudo que comprime o tórax causa danos futuramente. Você tem a capacidade respiratória reduzida. Fora as marcas de pressão que têm, as marcas de pressão do zíper que fica batendo. Eu, por exemplo, uso 13, 14 horas por dia, 15 horas por dia o zíper fica com pressão e o atrito do zíper sempre fere, então eu tenho uma pele muito ferida. Às vezes, eu tenho que usar um esparadrapo ou alguma coisa porque de tanto que ele roça com o atrito ele fere a pele (Mário, em entrevista, ago. 2015).

Inclusive, quando saímos juntos durante o carnaval de 2015, pude ajudar Mário a fechar o zíper do *binder* quando este se abriu em meio aos nossos pulos. Noutra ocasião quando estávamos em sua casa com Francisco e Jorge (interlocutores da pesquisa) pude observar os modos como podem confeccioná-lo. Quanto menor forem os “intrusos”, mais fácil e mais barato é suprimi-los. De fato, os métodos e os materiais são variados, mas os mais utilizados pelos interlocutores são os mais baratos. Meu diário de campo descreve como aprendi a fazer um.

Visitamos a casa de Mário, que ficava a algumas ruas da minha casa, embora ainda assim não morássemos no mesmo bairro. Víhamos de uma ação de ativismo no centro da cidade. Havíamos entregado aos passantes camisinhas e lubrificantes, além temos distribuído panfletos sobre o dia da visibilidade trans. A casa de Mário estava bagunçada e brincávamos com ausência de arrumação do lugar. Sentei-me em uma cadeira à mesa, enquanto Francisco ficava ao chão sobre um colchão. Jorge até essa hora continuava em pé, ele e Francisco expunham para Mário as faixas do elástico largo que tinham comprado numa loja de armários. Compartilhavam nesse momento sobre a quem iriam pedir para costurar as faixas.

As técnicas se misturam e era preferível a segurança de esconder os intrusos com conforto. Todos os materiais não eram muito caros comprados juntos, poderiam usar um zíper, um tamanho considerável de elástico cuja largura fosse suficiente para cobrir horizontal e verticalmente os intrusos e alguns materiais específicos, como linhas de costura. Alguns deles não usavam zíper, mas Mário sim. O zíper deixava o *binder* ainda mais desconfortável, seu atrito na pele em movimento poderia causar marcas ou feridas, além de dor. Apesar disso, o *binder* com zíper era preferível devido à segurança que poderia oferecer. Um *binder* sem zíper, costurado no encontro de suas pontas, poderia descer ou subir e expor publicamente os intrusos, segundo Mário. Contudo, Benjamin (interlocutor que não estava presente) já havia me mostrado que tem comprado faixas de ataduras largas e envolvido os intrusos de modo a apertá-los ao máximo, fazendo com que “sumam” de vista.

A confecção do *binder* é realizada geralmente por alguma amiga, parente ou costureira com uso de uma máquina de costura, seguindo as orientações dos interlocutores – ou até mesmo por eles. Em seu emprego anterior ao qual trabalha atualmente, Mário ainda não havia se utilizado de mudanças corporais protéticas como é o *binder*. Isso acentuava sua dubiedade e o deixava ainda mais vulnerável a constrangimentos. O período que Mário mais aponta como difícil de suportar em relação a empregos foi durante seu trabalho na empresa onde vendia serviço de Internet na rua, pois ele precisava abordar pessoas à porta de suas casas e não observava obter “respeito pela sua aparência masculina” num corpo lido ainda como de mulher. Ele pode suportar o uso do *binder*, mas não o de um ambiente que o abjeta.

Na [Empresa] eu não tive problema. Eu tinha problema, por exemplo.... A época da [Empresa] foi uma época em que eu estava com o pé assim na vida trans assim, porque foi a época que eu cortei meu cabelo, que eu comecei a usar roupas mais folgadas e tal. Eu tinha problema de me apresentar às

pessoas pra vender o produto. A minha dificuldade na verdade era essa. O trabalho em si, não. Mas pra vender o produto era uma dificuldade. [...]. [As pessoas] não conseguiam olhar pra mim numa forma que eu passasse respeito, e eu não passava credibilidade por ser assim... Pela minha condição (Mário, em entrevista, mar. 2015).

Mário pediu, portanto, demissão desse emprego e candidatou-se na seleção da empresa em que trabalha. Devido ao plano de saúde da empresa, Mário, uma exceção dentre os interlocutores, pôde dar início à procura por médicos que pudessem lhe acompanhar no “tratamento” que ensinava para concretizar sua transição. O plano que Mário utiliza é configurado por uma logística em que ele paga parte das despesas dos serviços de saúde – não é uma cobertura total da empresa. As consultas com psicólogo e endocrinologista, os exames laboratoriais e a própria compra da testosterona não poderiam ser financiados apenas com seu salário. Foi com o uso do plano de saúde que ele percorreu um longo caminho até estabelecer relação com profissionais na saúde privada que concordem em acompanhá-lo em seu manejo corporal e, portanto, passar à efetivação de sua transição. Sobre o uso do serviço de saúde privado e o SUS, ele me mostra que:

Eu me sinto assim privilegiado de uma forma, porque o serviço privado, querendo ou não, atinge o que você pede. Você pode ir a oito, nove médicos, no décimo dá certo. Mas é mais difícil pros meninos que usam SUS, porque quando você chega no SUS.... E eu digo por que eu conheço muita gente que trabalha na área assim, que diz.... Você chega dizendo que é trans, e eles menosprezam aquilo ali. “Ah você não precisa de tratamento, tanta gente com câncer, num sei o que e você com uma modinha”, ou então, “você querendo ser homossexual”. Porque eles têm essa visão, né, não tem a visão que o cara é trans (Mário, em entrevista, mar. 2015).

Mário pontuou que não sabia se havia mais humanização ou mais interesse econômico no atendimento de saúde privada. Mas as trajetórias dos interlocutores demonstram que não há o mesmo controle no âmbito de consultas com médicos endocrinologista no setor

privado e do público. Mário salientou também que nem o serviço privado, nem o serviço de saúde pública, este em especial, veem suas necessidades médicas. Ainda sobre o serviço privado em confronto com o setor público ele diz:

Então eles não veem essa necessidade que a gente tem. Então eu acho que é muito mais difícil os meninos conhecerem um tratamento humano, né? Pelo SUS. Mas eu não sei, porque, eu não conheço ninguém que faça pelo SUS, assim. Mas promessas dizem que um Ambulatório TT está vindo aí, né? Então, vamos ver. Porque até mesmo no serviço privado, como eu disse, eu tive que passar por três endocrinologistas pra chegar a uma que dissesse, “ah, vou fazer”. E eu tô pagando por aquilo ali, e imagina quem é de graça, né? Eu tenho esse pensamento (Mário, em entrevista, mar. 2015).

As dificuldades de acessar médicos mesmo no ambiente privado foram algumas barreiras que fizeram Mário pensar em começar administração hormonal por conta própria. Para ele, os médicos mais jovens parecem entender melhor sobre a transexualidade e os mais velhos parecem não terem se “atualizado”, como ele colocou. Numa dada consulta com um psicólogo jovem, em torno de 15 minutos de atendimento, Mário foi chamado de “doida” quando passa a explicar a transexualidade. Decidiu, então, partir diretamente para médicos e não consultar psicólogos. Sobre a primeira consulta com uma médica endocrinologista, ele narra:

Então, foi desde o começo que eu tentei buscar o primeiro endócrino, e ela passou uma bateria de exames pra mim. Acho que uns 23 exames. Aí eu fui fazer esses exames e isso sem passar por psicólogo ou psiquiatra. Enfim, eu fui direto no endócrino. Aí ela passou os exames, eu fiz exames de sangue, hormonais, todos os exames, toda bateria de praxe pra começar a reposição hormonal. Só que na primeira consulta com ela eu percebi que ela não sabia o que estava fazendo. E, ela meio que, ela não entendia, me tratava no feminino, disse que eu não precisava disso. Além disso, ela disse que eu precisava procurar um psiquiatra, porque “não era normal”. E, ela meio que insinuou que não queria que eu fosse cobaia dela, porque era a primeira pessoa que ela estaria fazendo esse tipo de tratamento. Que ela não

era especializada nisso, que eu deveria procurar alguém que tivesse especialização nisso. Enfim, foi bem complicada essa primeira consulta. Daí, dessa primeira consulta eu pensei em desistir e tomar por conta própria (Mário, em entrevista, mar. 2015).

Apesar disso, Mário não realizou os procedimentos por conta própria, porque disse que “queria fazer as coisas certas”. Comparando sobre médicos que já atenderam outros homens trans, Mário começa a conhecer outros profissionais e só apenas na terceira médica que conta ter alcançado um acompanhamento no qual se sentia confortável. Ele defendeu não se considerar “doente”, mas expressou que tem procurado os médicos para conseguir transicionar de uma forma mais saudável e segura. Uma segunda médica teria restringido o acompanhamento endocrinológico à apresentação anterior de um laudo psicológico, enquanto a terceira receitou hormonização sem o psicólogo. É possível observar, portanto, que Mário consegue no mercado médico privado assistência para sua transição mesmo sem conseguir um Laudo que ateste sua transexualidade. Mas considera que apenas a implantação de um Ambulatório TT na cidade onde mora poderá lhe possibilitar um atendimento humanizado que atente às suas “necessidades” e particularidades de saúde, bem como que garanta a sua integridade advindo do reconhecimento da identidade de gênero e sexualidade que vivencia.

CORPOS OCUPADOS NO SETOR DE SERVIÇOS

Com o auxílio do Quadro 1, é possível mostrar como os interlocutores da pesquisa têm ocupado majoritariamente atividades no setor de serviços. Com a exceção de Vitor, todos os outros entrevistados fazem uso de *binders* para esconder os “intrusos”, o que traz considerável desconforto durante o dia de trabalho. As descrições – com ou sem acompanhamento de médicos ou psicólogos – referem-se a já te-

Quadro 1 – Histórico de ocupação e transição

Nome	Idade	Hormonização	Ocupação atual	Ocupações anteriores	Transfobia no Trabalho
<i>Benjamin</i>	18	Sim	Operador de Telemarketing (CLT)	Jovem aprendiz Aux. Administrativo.	Sim
<i>Roberval</i>	18	Sim	Estudante universitário	-	-
<i>André</i>	18	Pré-T	Instrutor em Academia de Ginástica (informal)	Estudante Univ.	-
<i>Vitor</i>	19	Pré-T	Estudante universitário	-	-
<i>Jorge</i>	20	Sim	Org. de Eventos (autônomo)	-	Sim
<i>Gustavo</i>	20	Sim	Feirante e Estudante universitário	-	Não
<i>Mário</i>	21	Sim	Supervisor em Telemarketing (CLT)	Operador de Telemarketing; Vendedor. (CLT e informal)	Sim
<i>Francisco</i>	22	Sim	Desempregado	Vendedor (informal)	Sim
<i>Alberto</i>	22	Sim	Estudante universitário	Serviços informais	Não
<i>Odilon</i>	25	Sim	Desempregado	Vendedor; Recep. em Boate (informal)	Sim
<i>Erik</i>	25	Sim	Estudante pré-Vestibular	Vendedor de Loja (informal)	Sim
<i>Pedro</i>	25	Sim	Vendedor de Loja (CLT)	Vendedor de Loja (CLT), Estacionador de carros (informal)	Sim
<i>Joaquim</i>	27	Sim	Vendedor de Loja (Informal, loja da família)	-	Não
<i>Emanuel</i>	28	Sim	Desempregado	Professor; Vendedor (informal)	Sim

rem tido ou a terem atualmente uma transição medicamente assistida. O uso da categoria nativa “pré-T.” alude ao não uso atual da hormonização. No início da pesquisa, boa parte dos interlocutores ainda figurava como pré-T. Ela é reiterada para mostrar também que a administração de testosterona sintética não define um homem trans, mas apenas demonstra diferentes processos ou escolhas de transição.

Ocupando postos como “operador de telemarketing” ou “estacionador de carros” e “vendedor” com contato direto com clientes, a importância do caráter de ser “passável” como não trans pode variar. Pedro, que também relata ter trabalhado como “estacionador de carros”, diz que na época não se vestia “totalmente” de maneira masculina, o que se aliava a pouca apresentação corpórea de homem por não administrar hormônios. O que indica que se não reivindicasse uma identidade de homem trans, possibilidades de emprego poderiam ser abertas. “Trabalhava muito e ganhava uma mi-

séria”, diz. Benjamin também tentara trabalhar em uma farmácia, mas narra um contínuo vexame que não conseguia suportar e o fez pedir demissão. Conta, inclusive, que nunca recebeu nenhum pagamento pelo tempo que lá havia trabalhado. Mesmo quando conseguem entrar no setor terciário, Pedro e outros interlocutores com pouca formação se encontram sob um drama: por mais que deem prosseguimento com a transição, não ter modificado o prenome e o sexo/gênero no registro civil dificulta postos de trabalho, bem pagos ou não, o que não implica dizer que mesmo com essas mudanças legais o vexame no ambiente de trabalho seja evitado quando se conhece a transexualidade do trabalhador.

Se fôssemos recorrer a teoria marxista para explicar o caráter de exploração visto como notadamente intrínseco à sociedade capitalista, reinaria ainda uma polêmica sobre quais trabalhos geram produtividade e quais trabalhadores são explorados. Sadi dal Rosso

(2014) apresenta, no entanto, alternativas para que repensemos a questão. Segundo o autor, uma vez que o setor de serviços não é visto unanimemente como um setor que produza mercadorias, ele é recorrentemente preso na indefinição da geração de valor, já que seria o valor um “produto” do trabalho fabril excedente não pago ao trabalhador (mais-valia), não teríamos conquanto explorados aqueles que trabalham no chamado comumente setor “terciário”. Contudo, Dal Rosso argumenta que há produção além de circulação de mercadorias em empregos desse tipo.

Serviços produzem mercadorias, valor e mais-valia quando estiverem presentes as condições de serem executados por trabalho assalariado contratado, com o fim de realizar ganhos e se, por meio do trabalho, houver produção e circulação de mercadoria de tal modo que o valor se realize, resultando em mais-valia que pode ser apropriada pelos contratadores ou por outras agências do capital (Dal Rosso, 2014, p. 23).

Com isso, pode-se ver que há a manutenção de postos de trabalhos mal remunerados, principalmente em relação a indivíduos transsexuais que vivenciam um drama de não existência com as normas de gênero. Se, segundo Rubin (*apud* Dal Rosso, 2014, p. 85) o [...] valor 1) é uma relação social entre pessoas, 2) assume uma forma material e 3) está relacionado ao processo de produção, que interesse haveria na empregabilidade de sujeitos reconhecidos socialmente como pessoas incompletas, doentes ou até mesmo “não-pessoas”? Nessa relação de valor, indivíduos que sejam reconhecidos publicamente como gays, lésbicas, travestis, mulheres e homens trans são acompanhados da uma possibilidade parcial de inserção no mercado, ao conseguirem adentrar um circuito de corpos produtivos que configura a relação social do trabalho. Seja trocando seu trabalho por dinheiro, ou gerando dinheiro como capital, esses sujeitos, ao se desvirtuarem da “passabilidade”, quebram com o interesse econômico de fomento tanto na circulação de mercadorias quanto de acúmulo de capital.

Segundo Dal Rosso (2014), a noção de valor que acumula o capital está fortemente ligada à produção por trabalhadores de mercadorias materiais, tomada por Marx e Engels (1993) como a menor unidade de capital. Entretanto, Gorz (*apud* Dal Rosso, 2014) concebe a produção de uma imaterialidade como caráter de mercadorias em circulação (notadamente no setor de serviços). Segundo o autor, a imaterialidade nesse cenário diz respeito à produção de subjetividade. Se o corpo-homem correspondente a equação social “pênis-homem-masculinidade-pai” (Bento, 2013) é tido como o ideal no âmbito econômico do trabalho, sua não conformação configura-se como um drama para o trabalhador e como uma demanda de corpo produtivo não assistida para o mercado de trabalho.

Diante desse cenário de reforço de estratificação social de homens trans (assim como de gays, lésbicas, travestis e mulheres trans, cada um à sua maneira) que não condizem com a aparência não trans e heterossexual, haveria alguma forma de maior proximidade entre homens trans trabalhadores com homens não trans de igual ocupação? Embora pessoas não trans podem estar inseridas em posições estratificadas para baixo e isso envolver uma série de questões igualmente sérias (embora distintas), homens trans encaram ainda, diante da necessidade do trabalho e da sua ausência pela assepsia que sofrem, a precarização ou a exigência de conformação a um corpo produtivo. Essa vivência lhes impõe uma necessidade de transição de gênero que, por esses indivíduos não reunirem meios econômicos para sua efetivação, resulta no vilipêndio de suas subjetividades e na manutenção de corpos irreconhecíveis em relação as normas de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa da qual este artigo é resultado, percebe-se que as experiências laborais de homens trans de classes populares se caracterizaram pelo entrecruzamento das suas

posições de classe e os seus lugares de gênero. Isso implica pensar as relações de trabalho de modo a contemplar a particularidade de sujeitos trans. A precariedade exacerbada que essas pessoas vivenciam quando partem de contextos pauperizados demonstra que não são todos os corpos aptos a produtividade, cabendo às pessoas trans esforços para empreender estratégias para dividir sua renda entre os custos com a transição de gênero e a subsistência. Essa dinâmica tornou homens trans ainda mais vulneráveis economicamente, pois essa divisão financeira produziu a pauperização tanto da transição quanto da manutenção dos custos básicos cotidianos. O acesso à renda e ao emprego, portanto, é uma das principais características que separam esses indivíduos na arena social, uma vez que se encontram em situações ordinárias de reaprendizado de si ao mesmo tempo que tentam se manter ativos e produtivos no capitalismo contemporâneo.

Este trabalho procurou descrever trajetórias populares de transição de gênero e de empregabilidade de homens trans, de modo a entender como as diferenças geradas com essa vivência particular de gênero produz desigualdades sociais porque não podem ser desvinculadas de um contexto material. Percebe-se que entre as estratégias para se manter empregados, as pessoas trans podem recorrer a atrasar a transição de gênero ou a correr o risco de perderem seu emprego quando demonstram não corresponder às expectativas sociais para o gênero assinalado ao nascimento.

Se, conforme Sônia Larangeira (2000) já apontou, o mundo globalizado traz modificações reestruturais para o trabalho com suas tecnologias que rearranjam concepções de mundo, a não fixidez das posições sociais de gênero, as experiências de transição de gênero e as novas demandas por distribuição de renda e reconhecimento de sujeitos políticos estão às portas do tempo presente como circunstâncias que não parecem passageiras. A pesquisa tem apontado que a própria emergência de homens trans como sujeitos políticos inscreve concepções antigas de precari-

zação do trabalho ao se pautar em má remuneração, em dificuldade de acesso e na permanência em postos de trabalho que são geralmente ligados às identidades de gênero e às próprias relações de gênero que alinham as interações sociais e os entendimentos sobre o mundo. Essas vivências apresentam um fator importante que ainda não foi considerado plenamente pelas ciências sociais brasileiras e trazem aspectos antropológicos para pensar as relações de produção e as novas reestruturações produtivas do capital em curso, que demandam formas de engajamento diversas dos trabalhadores e dos cientistas sociais.

Essas discussões trazem luz para pensar a nova entrada da diversidade sexual e de gênero em empresas privadas, de capital aberto ou não, de caráter museológico ou não, de tecnologia ou não, que anunciam postos de trabalho específico para “população LGBTQIA+”. Afinal, essas empresas, sejam multinacionais ou organizações localizadas, mais do que produtos, vendem valores, ideias, estilo de vida e têm, elas mesmas, considerado investir na diversidade interna dos funcionários, especialmente em setores de contato direto com o público. A transição de gênero, quando vivida de modo pauperizado, se relaciona com uma série de situações que são ao mesmo tempo materiais e subjetivos e que extrapolam a dimensão de gênero e redefine a vida em outras esferas, como a econômica. Ao mesmo tempo que pessoas trans têm tido dificuldades para a entrada e permanência no mundo do trabalho pela diferença que incorporam, também podem reunir estratégias para utilizar dessa mesma diferença como algo valorizado no mercado. Ambas as situações vão se distinguir a partir de disposições de classe específicas e dos tipos de postos de trabalho disponíveis. Por outro lado, a valorização da diferença pode, como demonstrei ao longo do artigo, levar a complexificação da exploração pelo recurso ao aumento da produtividade pela gratidão.

Recebido para publicação em 06 de maio de 2024
Aceito em 10 de junho de 2025

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Francisco Cleiton Vieira – Conceitualização. Curadoria de dados. Análise formal. Aquisição de financiamento. Investigação. Metodologia. Administração do projeto. Recursos. Validação. Visualização. Escrita - esboço original. Escrita - revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Os dados deste artigo podem ser obtidos mediante solicitação ao autor correspondente.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 274-305, jul/dez 2000.
- BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf> Acesso em: 1 abr. 2024.
- BENTO, Berenice. *A (re)invenção do corpo: gênero e sexualidades na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (ed.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: Ed. UFBA, 2016.
- BOTT, Elizabeth. *Family and Social Network: Roles, Norms, and External Relationships in Ordinary Urban Families*. 2. ed. London: Routledge, 2001.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Estratificação social. In: BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François (org.). *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- BOURCIER, Marie-Hélène/Sam. *Sexpolitiques: Queer Zone 2*. Paris: La Fabrique Éd., 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Lecture at Dean's Symposium on Gender, Age, Ethnicity and Class: analytical constructs or folk categories?* University of Chicago, April 9-10, 1987.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPERAZI, Beatriz. Oferta de empregos para profissionais trans cai 57% em 2023, mostra levantamento. *Estadão*, Governança, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/governanca/oferta-empregos-trans-queda-57-2023-levantamento/?srsltid=AfmBOooKtGgY6nFHGU3mOV3dFpmJ3u1fwGQZedJc0JXG8h_t0_LCBc73 Acesso em: 2 jun. 2025.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropológico: olhar, ouvir, escrever*. 2. ed. Brasília/São Paulo: Ed. UNESP/Paralelo 15, 1998.
- CONNELL, Raewyn. Transexual Women and Feminist Thought: Toward New Understanding and New Politics. *Signs*, [s.l.], v. 37, n. 4, 2012.
- DAL ROSSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 75-89, jan./abr., 2014.
- DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica*. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- EFREM FILHO, Roberto. À queima-roupa: rebaixamento, prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis. *Anuário Antropológico*, [s.l.], v. 46, n. 3, p. 30-48, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.8904>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, v. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Grall, 1988.
- GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 161-173, 2006.
- HAROLD Jr., Carlos. Corpo no trabalho e corpo pelo trabalho: perspectivas no estudo da corporalidade e da educação no capitalismo contemporâneo. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 11-35, 2012.
- HAUSMAN, Bernice L. *Changing sex: transsexualism, technology, and the idea of gender*. Durham: Duke University Press, 1995.
- IRVING, Dan. Normalized Transgressions: Legitimizing the Transexual Body as Productive. *Radical History Review*, New York, Issue 100, p. 38-59, 2008.
- LAPA, Nádia. O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho. *Carta Capital*, Blog Feminismo pra quê? 13 out. 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/o-preconceito-contratransexuais-no-mercado-de-trabalho-2970.html>. Acesso em: 1 nov. 2015.
- LARANGEIRA, Sônia M. G. Apresentação: As transformações do trabalho num mundo globalizado. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 14-19, 2000.
- LIMA, Terezinha et al. *Trabalho, gênero e a questão do desenvolvimento*. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., São Luís, 2007. [Anais...]. São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/Terezinha_Helena_Claudia_Vera.pdf. Acesso em: 7 nov. 2015.
- LUIZA, Ana; NASCIMENTO, Miria; FERNANDES, Estevão R. (Re)Pensando violência de gênero e transfeminicídio como violação de Direitos Humanos. *Aceno: Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, [s.l.], v. 8, n. 16, p. 107-118, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48074/aceno.v8i16.12110>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- NASCIMENTO, Silvana de S. *Errantes magníficas e suas epistemologias transfeministas*. 2024. Tese (Livre-Docência em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 2024.
- NOVO, Arthur L. C. Em clínico geral já me estressei, imagina no ginecologista?: perspectivas etnográficas sobre saúde sexual e saúde reprodutiva de homens trans. *Vivência: Revista de Antropologia*, [s.l.], v. 1, n. 61, p. 174-198, 2023.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e

existência lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas: estudos gays - gêneros e sexualidades*, [s.l.], v. 04, n. 05, p. 17-44, 2010.

ROBERTA, Kelly; REIS, Vania. Violência interpessoal em mulheres transgêneras e cisgêneras nos municípios brasileiros: tendências e características. *Ciência e Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 29, n. 57, on-line, 2024. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/violencia-interpessoal-em-mulheres-transgeneras-e-cisgeneras-nos-municipios-brasileiros-tendencias-e-caracteristicas/19105>. Acesso em: 1 abr. 2024.

RUBIN, Henry. *Self-Made Men: Identity Men and Embodiment among transmen*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2003.

SANTIAGO, Idalina M. F. L.; BRAZ, Ednaldo da C.; NASCIMENTO, Josilene. Violência e transfobia: vivências de travestis que exercem a prostituição – Campina Grande-PB, *Revista Gênero*, [s.l.], v. 22, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/47450>. Acesso em: 1 abr. 2024.

TEIXEIRA, Flávia do B. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, 2009.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VIEIRA, Francisco Cleiton (Silva do Rego). A política cultural da saúde transgênero: considerações a partir do encontro entre o ativismo trans e o teatro, *Horizontes Antropológicos*, [s.l.], v. 29, n. 67, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e670401> Acesso em: 1 maio 2025.

VIEIRA, Francisco Cleiton (Silva do Rego). A segurança biológica na transição de gênero: uma etnografia das políticas da vida no campo social da saúde trans. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

VIEIRA, Francisco Cleiton (Silva do Rego). Ao tornar cisgênero o antropólogo: problemas epistemológicos em uma etnografia da separação entre gênero e sexualidade. In: BISPO, Raphael; MONNERAT, Sílvia (org.). *Caminhos das moralidades: incertezas de gênero e sexualidade na vida cotidiana*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Aldeia, 2023a. p. 101-116.

VIEIRA, Francisco Cleiton (Silva do Rego). Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

Francisco Cleiton Vieira – Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Natal e Santa Cruz, Rio Grande do Norte. Doutor e mestre em Antropologia Social pela UFRN, com estágio doutoral na Escola de Antropologia da Universidade do Arizona. Atualmente é coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Antropologia e Saúde Coletiva (NAntS) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos Tirésias da UFRN. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade de São Paulo. Foi vencedor do Prêmio CAPES de Tese da área de Antropologia/Arqueologia (2021) por sua tese de doutorado *A segurança biológica na transição de gênero: uma etnografia das políticas da vida no campo social da saúde trans*, defendida em 2020 no PPGAS-UFRN. Tem interesse em antropologia da saúde e da biomedicina, ciência, gênero e sexualidade, corpo e política.

GENDER TRANSITION IN THE LABOR MARKET

Francisco Cleiton Vieira

This article reflects on the experiences of trans men regarding their access to and permanence in the workplace when they undertake gender transitions. It presents the management of these individuals in their work environments and relationships, as well as the strategies they adopt for the health care necessary for bodily adaptations. Transsexuality has been the subject of heated debates in Brazilian society, exposing a growing group of people who are socially vulnerable due to their gender expression and identity. Conflicts and social practices arise, making access to work difficult, so that scenarios of impoverishment and precariousness gain prominence in the lives of these individuals, preventing them from accessing income. Therefore, it sheds light on the intersections between gender relations and class positions in a popular context. The text is the result of ethnographic research carried out between 2014 and 2015 among organized activist groups, with the help of long-term interviews.

KEYWORDS: Gender transition. Work. Employability. Health.

TRANSICIÓN DE GÉNERO EN EL MUNDO LABORAL

Francisco Cleiton Vieira

Este artículo reflexiona sobre las experiencias de hombres trans en relación con su acceso y permanencia en el ámbito laboral tras la transición de género. Presenta cómo estas personas gestionan sus entornos y relaciones laborales, así como las estrategias que adoptan para la atención médica necesaria para las adaptaciones corporales. La transexualidad ha sido objeto de un intenso debate en la sociedad brasileña, exponiendo a un grupo creciente de personas socialmente vulnerables debido a sus expresiones e identidades de género. Surgen conflictos y prácticas sociales que dificultan el acceso al trabajo, de modo que escenarios de empobrecimiento y precariedad cobran relevancia en la vida de estas personas, privándolas del acceso a ingresos. Por lo tanto, arroja luz sobre las intersecciones entre las relaciones de género y las posiciones de clase en el contexto de la clase trabajadora. El texto es resultado de una investigación etnográfica realizada en 2014 y 2015 con grupos activistas organizados, con el apoyo de entrevistas a largo plazo.

PALABRAS CLAVE: Transición de género. Trabajo. Empleabilidad. Salud.